# VEREDICTO

Boletim informativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



18 de maio de 2016

Edição 182

### Constante melhoria é a meta da nova gestão de tecnologia do TJ ao completar 100 dias



Oconselho Gestor de Tecnologia da Informação (CGInfo) e a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) fizeram o balanço dos primeiros 100 dias da nova gestão. "Os resultados obtidos neste breve período indicam um cenário futuro promissor, mesmo diante da maior crise econômica da história moderna do país", analisou o des. Túlio José Mou-

ra Pinheiro, presidente do CGInfo. Ao lado do juiz de 2º grau Paulo Ricardo Bruschi, coordenador do conselho, e de Cassiano Reis, diretor da DTI, Moura Pinheiro tem como meta a melhoria da prestação dos serviços de TI e a satisfação dos usuários. A implantação do processo eletrônico no 2º grau (Ipesg) é o principal projeto em andamento, já no 3º ciclo; pelo cronograma, deverá ser concluído no segundo semestre deste ano. A partir daí, todos os novos processos distribuídos na Justiça catarinense serão eletrônicos, com economia de recursos e maior agilidade na prestação jurisdicional. A implantação das Centrais de Mandados Compartilhados, com atuação conjunta da Divisão de Sistemas Judiciais da DTI e da Corregedoria-Geral da Justiça, foi antecipada em um mês

em relação ao planejado. Elas permitem o compartilhamento de mandados entre as comarcas do Estado, com a emissão de cartas precatórias apenas em casos específicos, como inquirição de testemunhas e estudo social. Os mandados de processos físicos ou digitais terão o mesmo tratamento e seguirão pelo fluxo para a Central de Mandados competente, com redução do número de cartas precatórias e maior celeridade no cumprimento das determinações judiciais. O novo sistema de proteção - Firewall, para reduzir o risco de invasões à rede de comunicação do PJSC e às bases de dados, a ampliação das linhas de comunicação com as comarcas e a modernização dos computadores foram ações implementadas para melhoria da infraestrutura de TI.

#### Pesquisa aponta alto comprometimento de colaboradores com Poder Judiciário de SC

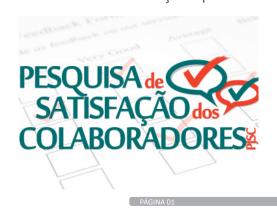
Ocomprometimento do colaborador do Judiciário de Santa Catarina- seja ele magistrado, servidor ou mesmo estagiário - com a instituição suplanta 80% e projeta a expectativa dos gestores em ampliar o grau de efetividade nos serviços prestados em benefício da sociedade.

Instados a participar de pesquisa de satisfação, realizada por meio eletrônico de 15 de outubro a 30 de novembro de 2015, os colaboradores do TJ demonstraram aprovação em altos índices em questões como tratamento dos colegas de equipe no ambiente de trabalho, comunicação com superiores hierárquicos, valorização mútua, cooperação entre integrantes de grupos na realização de atividades e orientação superior

em busca de melhoria no desempenho profissional dos servidores.

A pesquisa, desenvolvida e aplicada pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), tem por objetivo medir a satisfação dos colaboradores da instituição em relação a componentes estruturais, organizacionais e comportamentais presentes no ambiente de trabalho. Seus resultados servem como indicadores para o planejamento e desenvolvimento de ações que visem à melhoria constante do ambiente de trabalho na instituição.

Participaram desta edição 2.262 colaboradores do Tribunal de Justiça e das comarcas. Foi apurado o índice de 59,30% para indicar o grau de satisfação global das pessoas com a instituição, em relação ao conjunto de componentes pesquisados. Na primeira pesquisa o índice foi de 62,96%. Oportunidades de promoção nos cargos efetivos, plano de saúde disponibilizado e políticas de benefícios, neste último ano, integram a parte inferior da pesquisa, com baixos índices de satisfação apurados.



#### Palestra e termo de compromisso combatem violência contra a mulher no sul do Estado

## **VEREDICTO**



Ajuíza de 2º grau Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, coordenadora estadual da Justiça Criminal e das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) do Tribunal de Justiça, palestrou para mais de 400 mulheres na última semana na comarca de Meleiro, no Encona IV Agrimeleiro - Feira do Agronegócio e XV Festa do Colono.

Ela abordou a violência contra a mulher sob o viés histórico, com dados jurisdição da comarca. estatísticos, e expôs formas de enfrentamento desse quadro na sociedade Ajuíza Thania Mara Luz, o promotor de Sul de Santa Catarina (Unesc). Na avamisso para a criação de um Protocolo Valdionir Rocha (Morro Grande) foram neste encontro.



tro de Mulheres Agricultoras, durante de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica e Sexual, com abrangência sobre as cidades de Meleiro e Morro Grande, que integram a área de à Rede de Atendimento, realizado en-

contemporânea. Ao final, as autorida- justiça João Luiz de Carvalho Botega e liação final desse curso foi levantada a des locais firmaram termo de compro- os prefeitos Jonnei Zanette (Meleiro) e necessidade do protocolo fomalizado

os signatários do documento, com prazo de 90 dias para concretização do protocolo, sob a responsabilidade do grupo de combate à violência da rede ampliada da comarca de Meleiro.

Com total apoio da juíza Thania Luz, Meleiro aderiu à campanha Justiça pela Paz em Casa em julho de 2015. Desde então, a comarca desenvolve atividades relacionadas ao tema, com destaque para o Curso de Capacitação tre agosto e outubro de 2015 em parceria com a Universidade do Extremo

#### Juiz de Execuções Penais de SC visita penitenciária modelo no centro da Alemanha

Aprimeira "atração turística" visitada pelo juiz João Marcos Buch, titular da Vara de Execuções Penais da comarca de Joinville, em suas férias pela Europa, foi a Penitenciária de Arnstadt, localizada na cidade que lhe empresta o nome, com pouco mais de 25 mil habitantes, no estado da Turíngia, região central da Alemanha.

A escolha do destino não foi por falta de opções. Arnstadt teve entre seus ilustres moradores, de 1703 até 1707, ninguém menos que Johann Sebastian Bach, compositor e multi-instrumentista alemão, contratado como organista titular da igreja local. O juiz valeu-se do apoio emprestado pela Secretaria Estadual de Articulação Internacional de Santa Catarina para garantir acesso aos domínios daquela



unidade prisional.

Com 180 celas, a Penitenciária de Arnstadt abriga exatamente 180 presos, na maioria jovens entre 18 e 25 anos. Todas elas possuem telefone com 10 números cadastrados para livre ligação por seus ocupantes, sem monitoramento. A instituição possui estrutura completa, com professores e psicólogos, aulas de arte e qualificação para o trabalho de todos os detentos sem exceção, desde operador de máquinas modernas até cozinheiros de alta gastronomia.

O magistrado verificou no local respeito absoluto aos direitos fundamentais do ser humano. "É possível reduzir os danos da prisão, garantindo o respeito à dignidade humana. Por consequência, reduz-se a violência. Basta vontade e planejamento", concluiu Buch. O juiz catarinense foi recebido pelo ministro da Justiça do estado da Turíngia, Dieter Lauinger, e pôde fazer intensa visita à Penitenciária de Arnstadt, acompanhado de representantes do Ministério, da juíza de Execução Penal Anja Klameth e da diretora da unidade, Annete Brüchmann.

#### TJ disponibilizará, através do CNJ, acesso a curso on-line 'Oficina de Pais e Mães'

A Corregedoria-Geral da Justiça, em atenção a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), enviará ofício circular aos magistrados, assessores e chefes de cartórios com atuação nas áreas da família e da infância e juventude, além de assistentes sociais, psicólogos forenses e oficiais da infância e juventude, com orientação para que indiquem o curso on-line "Oficina de Pais e Mães" às partes envolvidas em processos congêneres.

A sugestão deve ocorrer por ocasião do ingresso da ação, sem prejuízo de



que aconteça em outro momento processual ou ainda em fase pré-processual, a critério do juiz. O Núcleo de Comunicação Institucional (NCI) do Tribunal de Justiça, com o apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), já providenciou a inserção de link na página principal do TJ, de maneira que o acesso ao curso on-line possa se dar de forma automática aos interessados.

A recomendação do CNJ sucede determinação anterior, que tinha por objetivo a implantação de oficina de parentalidade em pelo menos uma comarca de cada Estado. Agora, o Conselho noticia o lançamento da Oficina de Pais e Mães on-line, disponível em caráter permanente em seu endereço eletrônico.